

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE

Ao dia 26 de fevereiro do ano de 2021, às 14h10min, estiveram reunidos (as) Conselheiros (as) integrantes do Conselho Estadual da Juventude – CEJUV/PR, de forma eletrônica pela plataforma online – Google Meet, devido às recomendações de precauções ao alastramento da pandemia do COVID-19.

O presidente Marcos Willian Loiola da Costa iniciou a Reunião Ordinária informando que a estagiária de jornalismo da Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude fez um artigo do Conselho para publicar na Wikipédia, e que vai explicar para todos como está sendo o processo. Nathália Gonçalves conta que elaborou o artigo, foi disponibilizado no site, mas que a Wikipédia tem todo um trâmite de avaliação dos artigos publicados, e com isso eles receberam dois questionamentos, primeiramente sobre as fontes e também sobre o critério de notoriedade dele, portanto ela vai tentar responder esses questionamentos e fazer com que ele volte a estar disponível. Caso tenha novidades, se compromete a avisar à plenária.

Na sequência, o presidente Marcos fala que estão testando a plataforma – Google Meet e espera dar certo as reuniões transmitidas por esse sistema, em que o CEDCA também utiliza, porém no modelo híbrido, e tem funcionado. Conta que deseja fazer na próxima reunião ordinário o modelo híbrido também, em que ficam os presidentes e a secretária executiva, e gostaria de sugerir esta hipótese para utilizar nas reuniões do CEJUV. A conselheira Larissa diz que também usa em várias reuniões essa plataforma, pois alguns outros conselhos além do CEDCA também tem adotado esse modelo, mas não significa metade, e sim a possibilidade de ter alguns conselheiros no modo presencial. Entretanto, destaca o decreto municipal de enfrentamento ao COVID publicado na presente data, que no primeiro momento nos atinge e não será mais possível ser híbrido, já que depende das disposições do decreto e do estado atual da pandemia. O presidente Marcos conta que está na Sejuf presidindo a reunião, pois acredita ser melhor por conta dos encaminhamentos, e já passa a palavra para o vice-presidente, Fauze Salmen, que fez os informes da Secretaria Executiva visto que o Douglas Miranda não pode participar por motivos pessoais.

1. Informes da Secretaria Executiva.

O vice-presidente inicia sua fala dizendo que foram registradas 1440 contribuições na consulta pública, em que 61 pessoas/entidades contribuíram entre ações, metas e objetivos, assim parabeniza todos que colaboraram de alguma forma neste processo. Complementa também que o Douglas sugeriu uma reunião do grupo de trabalho de elaboração do Plano Estadual da Juventude na próxima semana para conversarem sobre o filtro das respostas. O presidente Marcos faz uma contribuição sobre o plano, dizendo que a Jaqueline Jungles, residente técnica da Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude, é quem está fazendo o trabalho

técnico do documento, e ao conversar com ela questionou sobre qual seria a melhor forma dos conselheiros ajudarem para assim ser possível cumprir o prazo que foi proposto dentro da Sejuf. Como será trabalhoso elaborar os filtros, será preciso a ajuda de muitas pessoas, e mesmo quem não está no GT e quiser ajudar, será bem vindo.

Adiante, Fauze Salmen faz uma breve explanação do Projeto de Lei de Criação do Conselho, contando que a servidora Ingrid da Secretaria de Planejamento é muito capacitada e está ajudando a reestruturar o regimento interno da Sejuf, como unificou três secretarias, e ainda está ajudando na reestruturação dos conselhos que estão na pasta também. Acrescenta que ele e Samuel Tives conversaram com o diretor-geral da Sejuf também, e neste momento a servidora Ingrid se pronunciou citando que precisava ter essa conversa para informar que todos os conselhos vão ser mudados, inclusive o CEJUV, entretanto não tinha conhecimento do Projeto de Lei, mas se propôs a falar com o secretário da pasta. O vice-presidente agradece o servidor “Jhow”, que também é do planejamento e está presente na reunião. Conta que recebeu as modificações da Secretaria de Planejamento, com as mudanças que serão feitas via decreto mais as contribuições do Planejamento, e que enviaram a minuta do Projeto de Lei, mas a única mudança significativa é a diminuição no número de representantes, pois serão 20 membros titulares, sendo 10 integrantes da sociedade civil e 10 governamentais. Outra mudança é que as cadeiras regionais do Conselho não podem existir, porque foi o próprio CEJUV que as criou e elas precisam estar fundamentadas com base em outra regional. Como a SEJUF não tem as regionais estruturadas e unificadas com outras secretarias, então será preciso remover essas cadeiras. Por momento elas continuam, essa mudança é para a próxima eleição, e outra novidade é um conselheiro da SEFA, que também vai compor o Conselho. Ainda, reforça que vai ser analisado e nada vai ser discutido na reunião, se manifestando com sinceridade que está bem complicada a situação, o incomoda toda semana e agora com as contribuições do Planejamento, será possível avançar. A conselheira Luana se pronuncia citando que entende ser somente um processo de análise, no entanto qualquer alteração no projeto de lei precisa ser analisada e fundamentada pela plenária, considerando absurdo que esses apontamentos não tenham chegado antes ao conhecimento de todos. Reforça que não é nada pessoal com a fala de Fauze, e sim do procedimento, e que inclusive dentro da Comissão de Fiscalização esperam acompanhar com ainda mais transparência esse processo, pois eles ficam esperando retorno e cinco minutos antes da plenária mandam no grupo o documento para todos lerem e avaliarem. Fauze responde que eles enviaram o projeto com vários erros, e eles devolveram com os erros atualizados, portanto é para a plenária analisar, não foi nada aprovado e deliberado, e Luana salienta que não é nada pessoal com o Fauze e a Coordenação mas sim com o procedimento.

O conselheiro Alyson Ferndandes se manifesta dizendo que a Luana o contemplou bastante na sua fala, e que todo o regimento está sendo mudado, este que foi feito há três anos, onde havia a participação do governo e da sociedade civil, e simplesmente agora está sendo apresentado. Portanto, sugere a criação de um grupo de trabalho para análise, para que tenha contribuições e se apresente o decreto junto com o regimento analisado. Outra questão levantada pelo conselheiro é que ao ler o parecer, deu-se a entender que o Conselho está regulamentado pelo decreto, isso quer dizer que existe alguma lei, e conforme as informações que já levantou, existe uma lei criando o Conselho, só precisam achar essa lei, indo nos setores históricos da assembléia e da governadoria, assim todo esse trâmite vai ser mais fácil, pois vai

ser uma alteração de lei e não criação. Larissa faz uma consideração dizendo que o trabalho de trazer o decreto do Cejuv foi realizado a muitas mãos, e na época o trabalho de achar a lei foi tão impossível que apostaram na criação do Cejuv, ainda no governo anterior, em um novo decreto, e diz que ele foi criado sim por um decreto, ainda na gestão do Álvaro Dias como governador, mas uma lei que nunca foi localizada, mesmo a época quando foi criada em 2013 a assessoria especial de juventude, eles buscaram informações e essa lei havia sido revogada, foi essa informação que o grupo de trabalho conseguiu trazer. De qualquer forma acha pertinente o que foi dito pelo Alyson, pois se alguém como a Roberta, conselheira da ALEP possa buscar no histórico, ótimo, mas se lá em 2013 esse grupo estratégico não conseguiu e por anos eles não conseguiram, aparece para ela meio ambicioso. Em relação ao que Fauze Salmen disse, de que mandou o projeto de lei e que possui vários erros, ela cita que quem diz o formato padrão de lei é a Secretaria de Planejamento, então até leis que recentemente foram escritas estão tendo que ser revistas, lá atrás esse grupo de trabalho para criação do projeto de lei trouxe a assembléia como cadeira nesse conselho, ela não é não governamental, então eles tem um número de cadeiras que não possui paridade, portanto isso em uma lógica não cabe. Dessa forma, a Secretaria está fazendo essa análise com todos os conselhos, inclusive o CEDCA, esse que a Larissa também é conselheira, inclusive aproveita para convidar os conselheiros que quiserem uma ou duas chaves para que o conselho da juventude possa acompanhar as reuniões deles também, pois qualifica muito o debate, e o presidente Marcos diz que já foi feito esse pedido. Assim, ela fortalece o GT que foi sugerido pelo conselheiro Alyson Fernandes e diz que o GT pode focar em analisar o que a Secretaria de Planejamento está propondo agora.

Alyson complementa que não desmerece o trabalho que foi feito anteriormente, só quis *linkar* mesmo, acrescentando que na minuta tem três cadeiras da SEJUF, e hoje são três secretarias diferentes, amanhã ou depois muda, e volta a ser o que era, separado, então o ideal seria colocar o secretário responsável pela justiça, e assim por diante. Larissa acredita que eles precisam fazer os questionamentos, assim como o CEAS e o CEDCA vem fazendo, e diz que muitas vezes o Governo do Estado tem conselhos duplicados, não o caso do Conselho da Juventude mas por exemplo a criança e adolescente tem o Conselho e uma série de outros comitês e comissões do mesmo tema.

O conselheiro Alex declara que foi contemplado pela Larissa e pelo Alyson, e entende a angústia da conselheira Luana Florentino, mas quem trabalha com parte administrativa do Estado sabe como as coisas não são tão simples assim, e que a partir de agora com as respostas do planejamento, o Grupo de Trabalho é a melhor forma de fazer os encaminhamentos. Jhow, convidado representante da Secretaria de Planejamento, diz que a sugestão é que eles possam entrar com o decreto e em seguida com o projeto de lei para o fundo, em que uma parte do FIA venha para o Conselho de Juventude, e se coloca à disposição para o que precisarem.

O conselheiro Lucas Siqueira primeiramente pede um documento oficial documentando que a mudança está acontecendo em todos os conselhos, pois até então não está sabendo que está acontecendo em outros além do CEJUV, e diz que na proposta vinda ele se preocupa com as

regionais, pois a nova proposta as retira, e ele como pessoa que vem do norte do estado vai lutar pela representação das regionais enquanto cadeira do Grupo Dignidade.

Na sequência, é criado o Grupo de Trabalho do Projeto de Lei, sendo composto pelos seguintes conselheiros:

- Fauze Salmen, Alex Silva e Jonatas Sena (Conselheiros governamentais);
- Alyson Fernandes, Luana Florentino e Camilla Gonda (Conselheiros da Sociedade Civil);
- Luiz Fernando Pujol e Jhow (Convidados).

Seguindo, Fauze fala sobre o comitê intergestor de políticas públicas para a juventude, contando que tiveram um parecer favorável da PGE e está em vias de ser instituído. A conselheira Roberta se manifesta sobre a questão do que foi discutida do projeto de lei, afirmando que se já existir uma lei, irá tentar encontrar caso o Conselho julgue necessário.

Larissa Marsolik diz que faz em torno de um ano que estão tentando instituir o comitê intergestor de políticas públicas para a juventude, e que eles da Coordenação só ganham com esse Comitê, acrescentando que agora vem a etapa da indicação dos membros das Secretarias de Estado e o comitê pode ter uma pauta permanente no Conselho para apresentar o que está acontecendo e sendo executado em cada área do estado que toque à juventude.

Seguindo a pauta, o presidente Marcos Costa passa a palavra para a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

2. Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

O presidente Marcos primeiramente questiona se a comissão está sem presidente com a saída do conselheiro Glauber Xavier, e o conselheiro Alex Silva inicia a fala da comissão certificando que vão tentar reorganizar, pois não sabe se a suplente vai assumir a cadeira no Conselho. Na reunião da comissão, eles reforçaram as pautas permanentes, que já foram contempladas pela fala do Fauze, e pergunta se tem algo mais a ser apresentado. Outro ponto foi a questão de se informar com o secretário executivo, Douglas Miranda e a Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude se houve alguma resposta dos ofícios enviados para os deputados sobre os projetos de lei, e quanto ao retorno da SEED sobre o pedido da participação para falar sobre o retorno das aulas na reunião ordinária do CEJUV, que o Fauze posicionou no grupo, a comissão entende que ainda que o tempo não seja o mesmo seria importante solicitar alguma participação da SEED para que seja esclarecido algumas dúvidas a respeito. Seguindo a pauta, ficou pendente definir a presidência da comissão e também quem faria a relatoria. O presidente Marcos disse que vai verificar se a instituição Águias da Bola renunciou o conselheiro ou a cadeira.

A conselheira Regina Célia, representante da SEED, diz que fez uma mediação entre o Conselho e a diretoria de planejamento, e como toda a equipe está envolvida no retorno das aulas, nesse momento eles não estarão participando. Mas, pergunta se a própria diretora não puder participar, se há a possibilidade de indicar outra pessoa que tenha essa competência para esclarecer esse retorno em todos os sentidos. Além disso, diz ter ficado com uma dúvida quanto ao projeto de lei, visto que na cadeira da SEED contempla educação e esporte, e ela é da área da educação, mas esporte não tem. Larissa exemplifica com base de outros conselhos que a representação acaba não contemplando todas as políticas públicas do estado, e que eles ganham no “comitê intergestor” pois podem pedir que o representante da SEED venha, mas

das duas áreas, mesmo que no Conselho não tenha a cadeira, e na renovação da lei a Secretaria Executiva vai ter que pedir a renovação de todas as cadeiras governamentais.

Outra pergunta da Regina é referente à cadeira de empreendedorismo, se o Cejuv tem algum vínculo com o SENAC, pois eles têm projetos voltados à juventude, e pergunta quem é a pessoa responsável por essa pauta para passar informações nesse sentido, sendo esta o Carlos Eduardo que é o conselheiro responsável pela área de empreendedorismo.

Seguindo a pauta, o presidente Marcos Costa passa a palavra para a conselheira Camilla Gonda, presidente da Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização.

3. Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização.

A presidente da comissão, Camilla Gonda, inicia sua fala citando que gostaria de falar do que aconteceu no dia anterior, no grupo de WhatsApp da Plenária, e a Comissão de Comunicação por tratar principalmente da imagem do conselho, pede que tomem cuidado quando falam sobre a juventude ser o principal problema da atual situação do Paraná. No início da reunião já começaram falando sobre isso e ela acha bastante prejudicial, pois enquanto jovem se sentiu muito incomodada com a fala, e pede para que os conselheiros tomem mais cuidado na hora de tratar sobre esses temas, já que é sempre muito fácil culpar a juventude em todos os casos que acontecem e esquecer, por exemplo, a parcela do Governo do Estado nisso. Menciona que no dia anterior o governador Ratinho Júnior estava provocando aglomerações no estado e então gostaria de pedir esse cuidado, pois ela não quer que todo mundo pense que o conselho está culpando a juventude neste sentido, sendo que ela diz saber que o principal culpado é o governo do estado.

Tirando essa primeira fala, ela parte para a primeira pauta da comissão, a live do mês da mulher do Cejuv, que vai ocorrer no dia 10 de março, às 19 horas, as conselheiras Renata Himoski e Luana Florentino, o secretário executivo Douglas Miranda e a estagiária da CPJ Nathália Gonçalves, estão ajudando na preparação da live, e assim explica aos conselheiros como irá acontecer, justificando que a arte ainda não está pronta para apreciação de todos pois ela ainda não repassou ao conselheiro Diego Henrique da Silva, responsável pela arte, as fotos e informações.

O presidente Marcos pede para a Camilla repetir sua fala inicial visto que estava com problemas na conexão, e ela repete sua fala a respeito da narrativa do Marcos no vídeo que foi publicado nas redes sociais do CEJUV. A conselheira Larissa Marsolik diz que em relação a fala do grupo do WhatsApp no dia anterior ela não acompanhou, mas que na fala de agora também a preocupa enquanto conselheira que pensem que o Estado é responsável pela pandemia e pelo alastramento do vírus COVID-19, sendo que é uma fala vazia, e acredita que os demais conselheiros governamentais também não querem ser vinculados a esse tipo de narrativa, e pede o prosseguimento da pauta. O presidente Marcos diz que o apontamento da Camilla faz sentido, que ele realmente não apresentou dado nenhum na sua fala, e Camilla Gonda replica dizendo que várias coisas na fala da Larissa ferem ela e que é muito preocupante dizer que uma jovem tem uma fala vazia dentro de um grupo de juventude, ao

contrário de ser uma fala vazia é uma fala baseada em estudos sociológicos e tudo que ela diz é baseado em muito estudo.

Seguindo a pauta, Camilla apresenta uma arte feita pela Nathália Gonçalves sobre uma *live* que irá acontecer no dia 28 de março de 2021 com os ex-presidentes do CEJUV, e pede a aprovação da *live*. O presidente Marcos explica a ideia da *live* para os conselheiros, que é principalmente para trazer uma maior aproximação com os Conselhos Municipais da Juventude, e que iria ser no dia 07 de março, entretanto eles notaram que estariam fazendo uma *live* com somente ex-presidentes homens em um mês de comemoração ao dia das mulheres, e foi sugerido pela Nathália Gonçalves alterar a data. Camilla afirma que estarão fazendo a divulgação aproximadamente no dia 17 ou 18, e passa para as últimas pautas que vão ser apresentadas pelo conselheiro Diego Henrique da Silva, sobre a campanha permanente de prevenção de suicídio, lembrando que foi uma pauta trazida pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento e estão trazendo artes de divulgação para aprovação, algumas já tiveram divergências anteriormente, então Diego pensou em novas propostas.

Diego fala que no início da proposta da Comissão de Fiscalização, eles já imaginaram que seria mais complexo o processo de preparação pois necessitarão de profissionais de fato da área para colaborar, portanto em diálogo acordaram que seria resolvido dentro da própria Comissão de Comunicação mesmo. Porém, em dezembro de 2020, encontraram desafios para divulgar uma cartilha, e foi encaminhado de passar a fazer um contato direto com a SESA para ter o parecer técnico deles. Portanto no âmbito da comissão eles elencaram cinco questionamentos para dirigir à SESA, e apresenta quais são eles na plenária, e assim com a obtenção das respostas eles podem ir publicando aos poucos as informações. Nesse sentido, com base nessas cinco perguntas, a comissão pretende fazer uma minuta de ofício e enviar para a secretaria executiva para saber qual o melhor encaminhamento para chegar até a referida secretaria. Fauze Salmen pede para o Diego Henrique repetir por problemas de conexão, ele repete a proposta e Fauze diz que eles podem encaminhar pelo conselho mesmo. Larissa questiona que por regimento a comissão precisa ter um relato para o conselho deliberar, seria necessário ter a minuta pronta para que seja aprovado, por questão do fluxo, então não dá pra aprovar sem ver o ofício ou a minuta, Alyson Fernandes concorda também com a fala. Diego diz que vai projetar as questões, informa que não estão no formato de ofício, mas os conteúdos exatos todos irão ver, portanto compartilha as questões para todos. Ele concorda que é necessário ter o relato da comissão, mas diz que o regimento permite que seja feito de várias formas. A conselheira Regina Célia diz que raramente a SESA e a SEED fazem ações em conjunto, pois uma não interfere na atuação da outra, e ficaram aprovados pela plenária que serão encaminhados dois ofícios, estes para a SESA e a SEJUF, pois são as secretarias a quem se destina às perguntas.

Seguindo a pauta, o presidente Marcos Costa passa a palavra para o conselheiro Alyson Costa, presidente da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais.

4. Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais.

Antes de começar a falar sobre a sua comissão, Alyson pede para fazer um adendo sobre o trabalho das comissões. A exemplo do que ocorreu com a Comissão de Comunicação, ela tem total liberdade para convidar outros conselheiros para participar da reunião, como por

exemplo a conselheira Marisa da Costa, representante da SESA para que a comissão tenha autonomia para trabalhar, debater sobre as questões da saúde, para que eles cheguem na plenária com o material pronto para votação.

Partindo para as pautas da comissão, fala sobre o *workshop* que a CPJ está organizando e que considera estar bem interessante, que pode haver um avanço muito grande nas gestões municipais com ele, trazendo uma motivação para os jovens dos municípios e para os gestores sobre a importância de terem conselhos municipais na cidade. A segunda pauta foi referente aos conselhos que estão ativos no momento. Em relação ao Conselho Municipal de Curitiba, ele e o presidente Marcos puderam participar da última reunião, dentro o CEJUV também tem conselheiros com cadeira no CMJ, e fala também sobre o conselho de Maringá que houve nova eleição, e tanto ele como o Marcos Costa também puderam estar participando. Alyson também comentou sobre os avanços em Santa Izabel do Oeste, onde foram visitar, e em São José dos Pinhais que avançou bastante e estão com esperanças de que ainda nesse primeiro semestre de 2021 o projeto vá para votação e aprovação nas suas respectivas Câmaras de Vereadores. Outro ponto é que em seguida da *live* que vai acontecer com os ex-presidentes, a comissão irá entrar em contato com os gestores, ex-presidentes e atuais presidentes de conselhos municipais que estão ativos e inativos para que eles participem de uma reunião geral, para que assim possam apresentar as ações do Cejuv para auxiliá-los. E por fim, conta que a conselheira Pâmela Frigo foi eleita relatora da comissão.

O presidente Marcos Costa revela aos conselheiros a situação atual do Conselho Nacional, que pediu apoio e sustentação para o Cejuv, e Alyson Costa reforça para os conselheiros que qualquer relato que tiverem passem para a comissão, para o grupo geral, para que todos estejam informados, pois por exemplo aconteceu a eleição do Conselho de Pinhais e eles não participaram, não informaram o Cejuv, e Marcos informa que também está tentando aproximação com os outros Conselhos Estaduais.

A conselheira Luana pede para fazer o adendo na pauta e fala sobre o ocorrido na explanação da Comissão de Comunicação com a Larissa e a Camilla, ela entende que muitas vezes os conselheiros se “podam”, mas que o conselho é um espaço principalmente de diálogo, e quando se fala em diálogo nem todos vão concordar e está tudo bem, assim vão continuar avançando, mas também acha que é necessário tomar muito cuidado com as falas, pois isso machuca e acaba criando um tipo de acusação desnecessária. Nesse contexto de falar sobre os jovens serem os principais problemas na pandemia, quem tem propriedade para falar é a SESA que tem uma cadeira no conselho, então ela solicita que da mesma forma que estão fazendo com a SEED, redigir um ofício à SESA que participem da reunião também para pensar enquanto Conselho em como podem atuar nesse nicho. Concorda com a Camilla nas falas dela falando enquanto conselheira, e acrescenta que existe sim também o erro por parte dos jovens mas também do estado.

O presidente Marcos Costa apoia a fala da conselheira Luana e sugere conversar com jovens mesmo, influenciadores, para pensar em estratégias de conscientização. Alyson também concorda com Luana, e diz que é papel da Comissão de Fiscalização trazer informações não só da SESA, mas de todas as secretarias, pois o CEJUV tem poucos dados de jovens no Estado e

são dados relevantes. Luana sugere outra proposta de criar um formulário perguntando quais dados os conselheiros consideram importantes, para mandar no grupo e cada um indica o que acha importante, e a partir disso a comissão buscar essas informações. Em relação aos dados, a conselheira Regina Célia fala que eles chamam de pontos de atenção nas Secretarias de Estado, que têm um setor chamado dados educacionais, e que são dados sigilosos em alguns momentos e toda a solicitação segue o fluxo de fazer um documento oficial, e internamente eles demoram bastante para conseguir dados, então não é tão simples, e isso a preocupa, pois a fala precisa sempre ter um embasamento legal e uma justificativa.

Luana diz que entende esse processo e que só o fato do CEJUV ser um conselho de direitos já é uma justificativa também para esse pedido, eles têm direito ao acesso das informações, e a administração pública tem o dever de publicizar e dar transparência aos dados. Desse modo, o ofício será enviado ao grupo da plenária antes de ser enviado às secretarias para que todos possam contribuir, e no próprio Conselho já tem cadeiras com representantes de diversas secretarias para que essa transparência de fato aconteça, em cada área eles vão falar com o representante para saber a melhor forma de fluxo, assim como eles entendem a questão dos dados sigilosos e nem cogitam buscar informações sobre eles, e sim dados que realmente precisam ser transparentes para que eles possam ajudar a juventude do Paraná. Portanto, Luana esclarece que ela fez dois encaminhamentos, um a título de urgência para enviar o ofício à SESA solicitando dados sobre a juventude na pandemia, e depois ampliou para pensar em outros dados e que isso seja debatido dentro da comissão.

Larissa Marsolik questiona se vai ser possível a SESA responder e atender ao conselho visto a quantidade de demandas que eles têm, e a conselheira Fernanda Merlino, suplente da Marisa, representantes da SESA, se manifesta dizendo que Marisa Costa está de férias. Luana diz que entende as demandas e respeita extremamente o trabalho da SESA, mas que a falta de informação também é preocupante, falando enquanto sociedade civil, e que precisam pensar em estratégias a partir desses dados, por isso reforça que acha extremamente importante e de urgência o pedido à SESA. Alex ressalta que em relação aos dados, eles precisam levar em consideração que o diagnóstico do plano já vai trazer esses dados que são relevantes, então o preocupa algumas questões que geram retrabalho. Outra preocupação é o que vai fazer com os dados, então precisam fazer essa discussão, pois existem dados que já estão públicos e podem estar incomodando secretarias para informar justamente estes. Renata Himoski se manifesta também pois tem algumas sugestões de materiais sobre o tema, que são da Fiocruz e relaciona juventude e pandemia, portanto vai colocar no grupo.

Diego Henrique faz uma fala de apoio à conselheira Luana Florentino, pois considera muito importante a sua fala, visto que esse pedido pode incentivar o Estado a ainda mais ter uma cultura de transparência para os dados. Aproveita para prestar solidariedade a Camilla Gonda, visto que se enxergou no que aconteceu com elas porque sente que muitas vezes suas falas não foram levadas em conta no Conselho ou foi entendido apenas parte negativa dela. Alyson sugere que a plenária dê autonomia para essa comissão, para que convide a pessoa responsável pela pasta, no caso a SESA, sem ser por ofício, para conversar e preparar como serão feitos os encaminhamentos, para assim enviar no grupo e aprovar. Luana disse ok para essa deliberação, embora não concorde com o que foi decidido, pois a princípio o documento

já seria elaborado com o auxílio das conselheiras da pasta, mas ela já queria encaminhar para aprovação na própria plenária essa pauta. Marcos Costa diz para Luana dizer qual é a sua proposta e abrir para votação, e diz que é convidar por ofício alguém da SESA para que esteja presente na próxima plenária apresentando dados relacionados à juventude e pandemia no estado, o que ficou aprovado por unanimidade.

Por fim, Larissa conta que o presidente Marcos está acompanhando a SEJUF e o Departamento de Assistência Social através do projeto Paraná Seguro, que promoveu uma parceria com a JPA, na pessoa da Ariane, e está para ter uma parceria com o Google para promover um curso de formação profissional piloto na região metropolitana nesse processo de reposicionamento dos Centros de Juventude do Estado. O prazo para inscrição se encerrou no dia 23/02, e no dia 08/03 iniciaram com 60 jovens em aulas experimentais. Ela reforça que é um curso de T.I com a participação dos jovens dos centros da juventude na região metropolitana, e a proposta é que consigam através do programa Paraná seguro estar ofertando 300 vagas até o final do ano, contemplando os demais centros da juventude do estado. Diante disso, também organizaram uma live intitulada “Centros da Juventude e Ações Protagonistas”, em que o Marcos e o Samuel participaram na abertura, e que são informações que quiseram trazer inicialmente mas o Conselho pode estar mais por dentro dessa pautas, assim como é uma pauta permanente para o CEDCA e CEAS.

O presidente Marcos Costa passa para suas considerações finais, falando da aproximação do Conselho com o CEDCA e, sem mais a tratar, a Reunião Ordinária é encerrada às 17h46min.

A presente ata foi redigida pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual da Juventude, Douglas Fontana Miranda.

Fauze Salmen Neto

Presidente do CEJUV/PR

LISTA DE PRESENTES NA REUNIÃO ORDINÁRIA – CEJUV – 26/02/2021

Marcos Willian Loiola da Costa – Presidente do CEJUV/PR

Fauze Salmen Neto – Vice-presidente do CEJUV/PR

Douglas Fontana Miranda – Secretário Executivo do CEJUV/PR

Conselheiros da Sociedade Civil

Adriana Aparecida da Cunha - Suplente - CADEIRA DA REGIONAL OESTE, SUDOESTE E LARANJEIRAS;

Alyson Costa Fernandes – Titular – CADEIRA DA REGIONAL DE CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL;

Camilla Gonda – Titular - CADEIRA DA REGIONAL SUL, SUDESTE E CENTRO ORIENTAL;

Carlos Eduardo Carvalho – Titular - CADEIRA DOS MOVIMENTOS DE EMPREENDEDORISMO,
GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA;

Daiane Kielt da Silva - Suplente - CADEIRA DA JUVENTUDE DO MEIO RURAL;

Diego Henrique da Silva Alves – Suplente Complementar - CADEIRA DE MOVIMENTOS
ESTUDANTIS;

Guilherme Cipriano Meuer – Titular - CADEIRA DA REGIONAL DE LONDRINA;

Luana Florentino Fonseca – Titular - CADEIRA DE JUVENTUDES DE PARTIDOS POLÍTICOS;

Lucas Siqueira - Titular - CADEIRA DO MOVIMENTO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

Conselheiros Governamentais

Alex Sandro da Silva – Titular – SEJUF;

Ana Alice Bueno - Suplente - SESP;

Fabio Jardim - Titular - SEED (Esporte);

Fernanda Pietrangelo Merlino - Suplente - SESA;

Jonatas Sena Ribeiro – Titular – SETI;

Larissa Marsolik – Titular - Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude;

Renata Himosvki Torres de Melo - Titular - SESP;

Regina Célia Vitória – Titular - SEED (Educação);

Roberta Picussa – Titular – ALEP.

Convidados

Nathalia Gonçalves Prado – Estagiária Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude.